

O PAPEL DE CEUTA NA DEFINIÇÃO DE NOVAS POLÍTICAS NO MEDITERRÂNEO OCIDENTAL. O CASO DE BERNAT FONT

FELIPE THEMUDO BARATA
Universidade de Évora

Há fontes históricas que pela sua importância merecem uma referência especial. É uma situação deste tipo que aqui se apresenta.

No Arquivo do Reino de Valencia (ARV) existe um volumoso maço de documentos do maior interesse para a análise de aspectos ligados ao estudo da escravatura em geral na Baixa Idade Média e, ao mesmo tempo, para compreender o novo tipo de equilíbrios políticos regionais que a tomada de Ceuta pelos portugueses em 1415 veio trazer¹. Este novo equilíbrio manter-se-á pelo menos até ao início da regência do Infante D. Pedro no começo dos anos quarenta do século XV.

Este conjunto de documentos narra também as verdadeiras aventuras de um cidadão valenciano, Bernat Font, que se viu envolvido nas teias dessas transformações, mas que só tarde as compreendeu e assimilou; as suas desventuras passaram assim, por dar maior atenção ao papel e actuação que os portugueses tiveram, em especial a partir de Ceuta.

Tudo começou por volta dos meses de Maio ou Junho do ano de 1434, quando Bernat Font, autorizado pelo Baile Geral de Valência, armou um lenho de 11 barcos para fazer curso contra os mouros da Berberia. Já nas costas norte-africanas capturou um pequeno «carvel» mourisco que fora abandonado pela tripulação face à possibilidade de ser capturada, o qual transportava trigo e outras mercadorias. Tomada a presa levou-a para a cidade de Ceuta onde vendeu tudo e adquiriu um escravo, de seu nome Caet ben Mahomat, propriedade de português Vasco Gil, morador em Ceuta.

Até aqui podemos dizer que os negócios corriam de feição para Bernat Font e dentro da normalidade. O curso contra os muçulmanos do Berberia era uma actividade largamente praticada pelos reinos cristãos peninsulares um pouco em todas as épocas². A intensidade desse tipo de actividade, variou bastante em função dos interesses políticos estratégicos dos diversos reinos.

1. Estes documentos do Archivo Real de Valencia (ARV) encontram-se na série *Bailia* sob o número 1147 e dizem respeito aos Fol. 210 e segts.

2. Sobre o curso, em especial no Mediterrâneo Ocidental, existe uma vasta bibliografia. Vejam-se, entre outros: AZCÁRRAGA Y DE BUSTAMANTE, José Luis de *El Corso Marítimo* CSIC, Madrid, 1950; COLL JULIÀ, N. «El Corso Catalán en el Siglo XV» in: *Estudios de Historia Moderna* Vol. IV, pags. 157/187, Barcelona, 1954; FONSECA, Luís Adão da *Navegacions y Corso en el Mediterraneo Occidental - Los Portugueses a mediados del Siglo XV* Pamplona, 1978; HEERS, Jacques «L'Expansion maritime portugaise à la fin du Moyen Age: La Méditerranée» in: *Revista da Faculdade de Letras* 2ª Série, Tomo XX, n' 2 (1956), Lisboa.

No reino de Aragão, por exemplo, sempre foi possível identificar essas duas diferentes linhas de actuação que Charles-Emmanuel Dufourq chamava de paz e de guerra³. Também em Portugal, pelo menos até 1415, o mesmo se passava. O embaixador do Reino de Granada enviado a Portugal perante a notícia da frota que o Rei preparava e receando que a expedição se dirigisse ao Al-Andaluz, lembrava que sempre houvera paz entre os dois reinos e as trocas comerciais tinham sido no passado regulares e vantajosas para ambos⁴.

Retomando a história de Bernat Font, este, quando se encontrava em Ceuta, recebeu uma informação, através de uma espia, de que em Beliz de la Gomera (Fez) se estava a carregar um «caro» com várias mercadorias, nomeadamente trigo. É interessante esta referência às actividades da «spia», assim mesmo designada no documento, dado não ser muito o que se sabe sobre este mundo na época em que Bernat Font tomou a decisão de se dirigir a Fez.

Ainda segundo o relato do próprio corsário valenciano ao chegar perto do «caro», que já navegava, apercebeu-se que este vinha perseguido por uma nau portuguesa. Acordados entre si os dois marinheiros cristãos, rapidamente o navio mourisco foi apresado.

Relembre-se aqui que era bastante significativa a actividade corsária dos portugueses a partir de Ceuta. A *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses* de Gomes Eanes de Zurara está repleta de exemplos desses assaltos rápidos e violentos organizados por navios portugueses contra o regular tráfico comercial muçulmano, e às vezes até cristão, bem como dos assaltos combinados entre navios de diferentes reinos⁵.

Seja como fôr, tomado o barco, contaram-se 24 mouros apesados, dos quais 7 couberam em sorte a Bernat Font; a acompanhá-los, o valenciano também ficou com uma parte das mercadorias: «xxxviii caffiços de forment e de cxxxiii caffiços d'ordi»⁶. Esta aparente desigualdade de repartição dever estar ligada ao facto de terem sido os portugueses os primeiros a avistar a presa e a iniciar a perseguição, como era prática corrente entre os homens do mar.

3. DUFOURCQ, Charles-Emmanuel. «Chrétiens et Musulmans durant les derniers Siècles du Moyen Age» in: *Actas del I Congreso Internacional de Historia Mediterránea - La Peninsula Iberica y el Mediterráneo. O Centro-Occidental (Siglos XII-XV)* (Palma, 17-22 de Dezembro de 1973) Barcelona/Roma, 1980, p. 207/208. O autor retomava, aliás, as teses já por ele expostas na sua obra: *L'Espagne Catalane et le Maghreb aux XII et XIV Siècles* Paris, 1966.

4. ZURARA, Gomes Eanes *Cronica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I* Lisboa, 1916, p. 108/109.

5. ZURARA, Gomes Eanes *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes* Reprod. Fac-Simil., Porto, 1988. Relembremos as violentas incursões da albetaço do Conde D. Pedro, chamada Santiago Pé de Prata (pags. 106/111) e a participação de navios estrangeiros (de Cartagena -pag. 212- ou outros -347/348) no ataque a barcos mouriscos.

6. ARV, *Bailia*, nº 1147, fol. 213. Acerca deste assunto, ou seja, desde a preocupação dos reis aragoneses pelas consequências da tomada de Ceuta pelos portugueses, até ao maior peso político que Portugal adquiriu na Europa existe já uma importante bibliografia.

Satisfeito com a partilha do saque, Bernat Font dirige-se primeiro a Alicante e daí para Valência. Segundo as regras em vigor, pediu ao Baile Geral para que os seus 8 cativos lhe fossem declarados de «boa guerra», ou seja, eram não só uma presa legal, como também tinham sido legalmente apresados. Isto implicaria pagar o respectivo imposto correspondente ao preço pelo qual os escravos eram avaliados⁷, mas depois Bernat Font estava apto a realizar os seus lucros no negócio que tinha encetado umas semanas atrás.

Tudo isto obedecia a um processo muitas vezes mero expediente para o rei cobrar alguns impostos e proceder a uma fiscalização mínima das presas efectuadas. Por isso os 8 presos foram interrogados, tendo todos eles declarado nome, idade, profissão, condições da sua detenção e local de nascimento. Ora neste último aspecto pelo menos 3 deles vieram declarar serem originários do Reino de Granada. Aqui começaram as desventuras de Bernat Font. De facto o Baile, perante isso, declarou as mercadorias e 5 dos mouros apresados de «boa guerra», mas, quanto aqueles que se diziam originários de Granada, considerava-os ilegalmente apresados e ordenava que fossem devolvidos à liberdade.

Esta sentença, que pode parecer estranha era, afinal, a consequência inevitável dos equilíbrios políticos que se geravam no interior da Península Ibérica. Por estes anos a situação peninsular era, de facto, muito instável em que algumas tentativas de aproximação entre granadinos e aragoneses procuravam obstar às tendências expansivas de Álvaro de Luna contra o qual, pouco antes, os próprios aragoneses já se tinham defrontado entre 1428 e 1430. Ao mesmo tempo, também por esta altura, estava-se num período de equilíbrio de influências entre Castela e Aragão no que respeitava a Granada⁸.

Face a tal situação o rei aragonês não tinha dúvidas em levar a cabo uma política de algum entendimento com os granadinos, como já o tinham feito no passado alguns dos seus antecessores.

É nesta altura que Bernat Font entrega, em 18 de Julho de 1434, um «memorando» onde exprime a sua indignação e espanto por tal decisão, reclamando a sua revisão. Depois de, mais uma vez, narrar os sucessos em que participou e como fora efectuada a presa do navio mourisco, ele resume, em 5 pontos, os aspectos básicos da sua argumentação na contestação da sentença. Em primeiro lugar, nega as declarações dos mouros que se disseram originários do Reino de Granada, acrescentando que, ao serem interrogados em Alicante, reconheceram serem oriundos da Berberia.

7. PILES ROS, Leopoldo *Apuntes para la Historia Económico Social de Valencia durante el Siglo XV*, Valencia, 1969, p. 172.

8. Alguns aspectos das relações políticas e comerciais da cidade de Valência com o mundo islâmico podem ser consultados em: GUIRAL, Jacqueline «Les Relations du Littoral Valencien avec la Méditerranée et l'Atlantique au XV^{me} Siècle» in *Anuario de Estudios Medievales* n° 14, Barcelona, 1984 e IDEM, «Les Relations Commerciales du Royaume de Valence avec la Berbérie au XV^{me} Siècle» in *Mélanges de la Casa de Velazquez* Tomo X, Paris, 1974, além das obras já citadas de Ch-Em Dufourcq.

Em segundo lugar, Bernat Font considera que, mesmo que fossem de Granada, deveriam ser declarados de «boa guerra». O motivo, terceiro argumento, era simples: a guerra contra os mouros, incluindo os de Granada, era lícita. De resto, como quarta razão, explica que os portugueses, que fazem sempre guerra aos mouros, a «boa guerra», é que tinham capturado esses muçulmanos e obtiveram já os seus lucros, pois venderam-nos em Alicante. Além disso, e como último argumento, lembra que os mouros foram capturados numa nau da Berberia, terra do patrão do navio mouro, e a captura fora realizada em águas berberes.

Claro que esta argumentação evidenciava também a vontade de Bernat Font em não ter prejuízos com a perda dos 3 mouros, os quais, tendo pouco mais de vinte anos, poderia esperar vender por uma quantia que poderia atingir as 135 ou 140 libras valencianas⁹, quantia que não era de desprezar. Lembre-se, em termos de comparação, que uma pequena barca podia ser comprada, por volta dos mesmos anos, na cidade de Barcelona, por cerca de 160 libras¹⁰.

Este forte conjunto de razões levaram o Baile a reabrir o processo, interrogando mesmo outros tripulantes do lenho valenciano. Afinal esta argumentação era dificilmente ultrapassável. É verdade que as necessidades políticas práticas desviavam-se muitas vezes do discurso «oficial» dos reinos cristãos, mas, confrontado com estes argumentos seria difícil ao Baile defender estes prisioneiros sem pôr em causa aspectos essenciais da base do poder dos reinos cristãos.

Inquirida a tripulação, um dos homens veio confirmar o que Bernat Font tinha dito acerca da espia e do facto de ter sido a nau portuguesa a concordar na ajuda do lenho valenciano para a captura do caro. Outro tripulante veio ainda reafirmar mais matéria factual que o corsário valenciano contestara, nomeadamente que no interrogatório efectuado em Alicante os presos tinham confessado serem todos provenientes do Norte de África. Finalmente, uma terceira testemunha confirmou que, de facto, os portugueses tinham total liberdade para atacarem os mouros, quaisquer que eles fossem, e não hesitavam em fazê-lo.

Esta situação, aliás, vinha criando sérias dificuldades ao Rei de Aragão para poder continuar a manter algumas atitudes menos ofensivas para com os muçulmanos. Com efeito, a presença dos portugueses em Ceuta funcionava como um elemento de certa maneira desestabilizador em relação às práticas políticas habituais no Mediterrâneo Ocidental que tanto Castela e Aragão, como as cidades italianas, tinham por costume levar a cabo no seu relacionamento com o mundo islâmico. De facto, vinha-se tornando cada vez mais estreita a margem de manobra daqueles que defendiam políticas de apaziguamento nas relações com o Norte de África ou o reino de Granada.

9. Veja-se sobre esta questão CORTEZ, Vicenta «Valencia y su Comercio de Esclavos en el Siglo XV» in: *Colóquio Internacional sobre as razões que levaram a Península Ibérica a iniciar no Século XV a Expansão Mundial* Lisboa, 1983.

10. CARRÈRE, Claude *Barcelone. Centre Économique à l'Époque des Difficultés (1380-1462)* Paris, 1967, Tomo II, p. 289.

O peso político na região da conquista de Ceuta foi imediatamente percebido e reconhecido. Cerca de dois anos depois da tomada de Ceuta, em carta datada de 18 de Julho de 1417, Johan Navarro, Vice-Almirante aragonês em Tunes, escrevia ao seu soberano onde, entre outras coisas, sugeria que se fizessem algumas conquistas na Ifríquia, comparando as potencialidades de um feito deste género com a «honra» que o monarca português obtivera com a conquista da praça marroquina¹¹.

Voltemos a Bernat Font. Lamentavelmente não foi possível saber como terminou o seu caso. Tenham vencido os argumentos do valenciano, ou tenham ganho os 3 mouros a sua liberdade, a novidade que esta história traz é a percepção da importância do papel que Ceuta e os portugueses tiveram, neste período e no Mediterrâneo Ocidental, abalando equilíbrios políticos há muito estabelecidos e ajudando a modificar as bases do funcionamento do mercado de escravos da região.

Ceuta, cidade que acumulava um tremendo potencial de agressividade, funcionou, durante algum tempo, como um pólo de atracção para cristãos que no seu exemplo buscavam argumentos para esgrimir contra as políticas favoráveis a um clima de entendimento com o mundo muçulmano e às quais os reis aragoneses eram muito sensíveis. Ao exporem à luz a presença constante deste aliado na organização de um curso mais eficaz e compensador, iam retirando campo de manobra aos seus adversários políticos e aos seus concorrentes comerciais.

11. Archivo de la Corona de Aragón, Cartas Reales Diplomaticas, Afonso IV, Cx. 5, Doc nº 584.